

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – 39ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 1.2 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



ATAS

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/5/2017

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; Questão de Ordem; aprovação da ata; chamada para recomposição de número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Gil Pereira – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Vítor Xavier – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Guedes – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Inácio Franco) – Às 14h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Geraldo Pimenta, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – V. Exa. pode ficar tranquilo, pois vou discutir a ata. A primeira observação que faço a V. Exa. é que não há como sequer proceder à discussão da ata se não há quórum para que esta reunião continue aberta, Sr. Presidente. Portanto, a ata não pode sequer ser discutida, do ponto de vista regimental, e muito menos dada por aprovada, uma vez que temos para discussão, agora com a chegada do deputado Dirceu Ribeiro, apenas sete deputados em Plenário, e precisaríamos de 26. Sendo assim, peço encerramento de plano a V. Exa.

O presidente – A presidência informa ao deputado Sargento Rodrigues que, quando a reunião foi aberta, 28 deputados registraram presença. Com esse número de deputados, iniciamos a reunião, e a ata foi lida.

O deputado Sargento Rodrigues – Perfeitamente, presidente. Mas agora, neste momento, há 10 deputados. O deputado tem de digitar presença e permanecer em Plenário para que haja legalidade, para que haja cumprimento do Regimento nas discussões que podem seguir adiante nas demais fases. Neste momento, há 10 deputados em Plenário. Como vamos aprovar a ata com 10 deputados?

O presidente – Gostaria de informar ao deputado que o primeiro ato da reunião é a leitura e discussão da ata. Após a aprovação da ata, poderíamos fazer uma recomposição do quórum para atender ao deputado.

O deputado Sargento Rodrigues – Ou V. Exa., certificando-se de que o Plenário está vazio, de que só há 10 deputados em Plenário, pode tomar uma decisão como presidente encerrando a reunião por falta de quórum.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Dirceu Ribeiro) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 22 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/4/2017**

Às 16h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Ulysses Gomes, Fábio Avelar Oliveira e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.713/2016 (relator: deputado Gustavo Corrêa) e 3.714/2016 (relator: deputado Mário Henrique Caixa). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os

Requerimentos nºs 6.148/2016 e 6.557/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 7.954/2017, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Esportes – Seesp – pedido de providências para que sejam feitos investimentos em parquinhos infantis nos municípios do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2017.

Ulysses Gomes, presidente – Mário Henrique Caixa – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/5/2017

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Bosco e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Tiago Ulisses. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater a formação de mão de obra técnica destinada à produção de energia solar fotovoltaica e a receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Wladimir Tadeu Silveira Coelho, assessor de Políticas Educacionais da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação, representando Macaré Maria Evaristo dos Santos, secretária; Euler Darlan Neves, superintendente de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Cláudio Marcassa, diretor regional do Senai, representando Olavo Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg; Paulo Henrique de Azevedo Leão, coordenador-geral de planejamento e Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia – Setec – do Ministério da Educação; Paulo Eduardo Maciel Almeida, presidente da Fundação Cefetminas, representando Flávio Antônio dos Santos, diretor-geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet-MG; Fernando Gomes Braga, pró-reitor de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG, representando Kléber Gonçalves Glória, reitor; Paulo Roberto Ceccon, diretor de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - Ifsuldeminas –, representando Marcelo Bregagnoli, reitor; Renato Afonso Cota Silva, diretor-geral do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG – Montes Claros, representando José Ricardo Martins da Silva, reitor; Carlos Alexandre Frosini Evangelista, presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída – ABGD – São Paulo (SP); Christoph Büdke, coordenador de Educação Profissional e Capacitação da Agência de Cooperação Alemã – GIZ –; Charles Martins Diniz, diretor-geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - câmpus Ribeirão das Neves; e Fernando Antonio de Paoli, assessor da presidência da Susesu. O presidente tece suas considerações iniciais e concede a palavra ao deputado Bosco, autor do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.091/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado à Empresa Mineração Pau Branco (Empabra-Phoenix) pedido de informações sobre se passará a transportar minério de ferro na área urbana do Município de Sabará, conforme matéria veiculada no jornal *Folha de Sabará*, no período de 12/4/2017 a 27/4/2017, sob o título “Mineradora Empabra-Phoenix ameaça a qualidade de vida dos sabarenses”;

nº 8.092/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a veracidade dos fatos apontados na matéria veiculada no jornal *Folha de Sabará*, no período de 12/4/2017 a 27/4/2017, sob o título “Mineradora Empabrá-Phoenix ameaça a qualidade de vida dos sabarenses”, que trata da transferência para a área urbana de Sabará do transporte de minério de ferro da referida empresa, e sobre se há previsão no licenciamento ambiental para o transporte a ser realizado nesse município e na região limítrofe com o Município de Belo Horizonte;

nº 8.093/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de informações sobre a veracidade dos fatos apontados na matéria veiculada no jornal *Folha de Sabará*, no período de 12/4/2017 a 27/4/2017, sob o título “Mineradora Empabrá-Phoenix ameaça a qualidade de vida dos sabarenses”, que trata da transferência do transporte de minério de ferro dessa empresa para a área urbana do referido município;

nº 8.094/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as nomeações ocorridas nos anos de 2015, 2016 e 2017 para ocupação de cargos comissionados constantes na estrutura administrativa da Cemig, bem como nomes, lotação e respectivos salários, tendo em vista denúncia publicada no jornal *O Tempo*, de 30/4/2017;

nº 8.095/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater as consequências da transferência do transporte de minério de ferro da Empresa Mineração Pau Branco (Empabrá-Phoenix) para a área urbana do Município de Sabará;

nº 8.096/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com o objetivo de conhecer os programas relativos à formação de mão de obra especializada destinada à produção de energia solar fotovoltaica;

nº 8.097/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada visita ao Ministério da Educação para tratar das providências que estão sendo adotadas com vistas à formação de mão de obra especializada destinada a atender ao mercado de desenvolvimento e produção de energia solar fotovoltaica.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2017.

João Vítor Xavier, presidente – Thiago Cota – Ione Pinheiro.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/5/2017

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite e André Quintão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Rafael Passatuto Costa, solicitando a atenção dos deputados desta Casa à situação dos agentes penitenciários e socioeducativos contratados, bem como à superlotação do sistema prisional do Estado. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.936/2016, em turno único (deputado Cabo Júlio), e Projeto de Lei nº 3.931/2016, em turno único (deputado João Magalhães). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação

de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.773/2016, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.640 a 5.644/2016, 6.168/2016, 6.631, 6.633, 6.634, 6.658, 6.681, 6.694, 6.753, 6.757, 6.765, 6.766, 6.790, 6.848, 6.849, 6.853, 6.855, 6.863, 6.864, 6.866, 6.869, 6.875, 6.879, 6.889, 6.893, 6.905 e 6.909/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nº 7.613 (na forma do Substitutivo nº 1), 7.759 a 7.763, 7.765, 7.769, 7.771 e 7.772/2017; são dados por prejudicados os Requerimentos nºs 7.615, 7.753, 7.754, 7.756, 7.757, 7.764 e 7.767/2017; e rejeitados os Requerimentos nºs 7.755 e 7.758/2017. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.175/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater os recorrentes e graves acidentes ocorridos no Anel Rodoviário e solicitar as providências cabíveis. São recebidos pela presidência os requerimentos a seguir, tendo adiada sua votação, a requerimento do deputado Cabo Júlio:

nº 8.211/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as medidas previstas no Decreto nº 47.182, de 8/5/2017, especialmente no que se refere à motivação da inclusão das aeronaves do Corpo de Bombeiros Militar para o Comando de Aviação do Estado – Comave –, da Polícia Militar de Minas Gerais;

nº 8.212/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado aos deputados federais e aos senadores pelo Estado pedido de providências para apoiarem a Proposta de Emenda à Constituição nº 308/2004, que cria as polícias penitenciárias federal e estaduais;

nº 8.213/2017, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater a segurança do homem do campo.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes Requerimentos:

nº 8.176/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater os investimentos, nos anos de 2014 e 2015, nas Polícias Civil e Militar, no Corpo de Bombeiros Militar, nos sistemas prisional e socioeducativo, bem como o custeio dessas instituições e sistemas, considerando seus impactos na política estadual de segurança pública;

nº 8.177/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Currelândia e determinar a imediata substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de bala, uma vez que se encontram vencidos;

nº 8.178/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Cachoeira do Pajeú, bem como determinar a imediata substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de bala, uma vez que se encontram vencidos;

nº 8.179/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater as ocorrências de atos de vandalismo e furtos em escolas da rede pública que, a menos de um ano, tiveram a vigilância presencial substituída por sistema de proteção eletrônica;

nº 8.180/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Medina, bem como determinar a imediata substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de bala, uma vez que se encontram vencidos;

nº 8.181/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Divisa Alegre, bem como determinar a imediata substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de bala, uma vez que se encontram vencidos;

nº 8.182/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Ninheira, bem como determinar a imediata substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de bala, uma vez que se encontram vencidos;

nº 8.183/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja criado um pelotão no Município de Divisópolis, conforme o Ofício nº 55/2017, de vereadores do referido município;

nº 8.184/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Berizal, bem como determinar a imediata substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de bala, uma vez que se encontram vencidos;

nº 8.185/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Indaiabira, bem como determinar a imediata substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de bala, uma vez que se encontram vencidos;

nº 8.186/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Santa Cruz de Salinas, bem como determinar o envio imediato de viaturas e a substituição das munições e dos coletes à prova de bala para policiais militares, uma vez que se encontram vencidos;

nº 8.187/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Águas Vermelhas, bem como determinar a imediata substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de bala, uma vez que se encontram vencidos desde julho de 2010;

nº 8.188/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para manter as atividades de polícia judiciária da Delegacia de Polícia Civil com sede no Município de São Romão;

nº 8.189/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Leme do Prado, bem como determinar a imediata substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de balas, estes vencidos desde 2011;

nº 8.190/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para retomar a destinação de recursos para a área de segurança pública, considerando a queda de investimentos e de verbas de custeio das Polícias Civil e Militar, quando comparados aos anos de 2014 e 2016;

nº 8.191/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de

Comercinho, bem como determinar a substituição da única viatura do quartel, que se encontra em péssima condição de uso, das munições e dos coletes à prova de balas disponibilizados aos policiais militares, que se encontram vencidos;

nº 8.192/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Mesa do Senado Federal e aos senadores representantes do Estado pedido de providências para aprovarem o Projeto de Lei Federal nº 24/2015, que altera a redação dos arts. 155 a 157 do Código Penal, para criar qualificadoras dos crimes de furto e roubo se a subtração for realizada mediante destruição ou rompimento de obstáculo em decorrência do uso de explosivo e se a subtração for de arma de fogo ou explosivos;

nº 8.193/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Virgem da Lapa, bem como determinar a substituição da única viatura do quartel, que se encontra em péssima condição de uso, das munições e dos coletes à prova de balas, estes vencidos desde novembro de 2015;

nº 8.194/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para reforçar os efetivos das Polícias Civil e Militar nas regiões de divisa do Estado, considerando o crescimento da atuação de quadrilhas organizadas nos municípios localizados nessas regiões, fenômeno denominado pelas autoridades do sistema de justiça criminal como “novo cangaço”;

nº 8.195/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária da Seplag pedido de providências para atender à solicitação da Chefia de Gabinete da Polícia Civil quanto à disponibilização de novas viaturas, de grande porte e com xadrez, para o Município de Além Paraíba, para patrulhamento de áreas rurais;

nº 8.196/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Divino e determinar a imediata substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de balas, uma vez que se encontram vencidos;

nº 8.197/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Itinga e para determinar a substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de balas, uma vez que se encontram vencidos;

nº 8.198/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Coronel Murta, bem como determinar a substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de balas para policiais militares, uma vez que se encontram vencidos;

nº 8.199/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de José Gonçalves de Minas, bem como determinar a substituição das viaturas, todas em péssimo estado de conservação, das munições e dos coletes à prova de balas para policiais militares, que se encontram vencidos;

nº 8.200/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para atender aos pleitos dos Srs. Jean Vitor de Oliveira, Ricardo Antônio da Silva e Thiago Afonso Pereira, vereadores do Município de Campo do Meio, os quais, por meio do Ofício nº 39/17, solicitam o aumento do efetivo policial, a instalação de câmeras de segurança no âmbito do programa Olho Vivo e a disponibilização de veículos, especialmente para o conselho tutelar local;

nº 8.201/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Polícia Civil pedido de providências para atender ao pleito do vereador Tarso Melo, que, por meio do Ofício nº 11/2017, solicita viaturas e aumento do efetivo policial para o Município de Carlos Chagas;

nº 8.202/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para determinar a imediata substituição das viaturas, das munições e dos coletes à prova de balas para policiais militares lotados no Município de Carlos Chagas;

nº 8.203/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Administração Prisional pedido de providências para determinar a transferência dos presos que se encontram na cadeia pública de Itamarandiba, de modo a permitir a reforma e ampliação do prédio, uma vez que há recursos disponíveis para tal finalidade;

nº 8.204/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para aumentar o efetivo policial, bem como determinar a imediata substituição das viaturas, das munições e dos coletes à prova de balas para os policiais militares lotados no Destacamento PM no Município de Lassance;

nº 8.205/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a carga horária semanal de trabalho dos militares, em especial a Instrução nº 3.03.03/2010CG, da Polícia Militar, e a Resolução nº 713/2017, do Corpo de Bombeiros Militar;

nº 8.206/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, com a presença dos representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, para discutir o pagamento de diárias, ajuda de custo, férias-prêmio e a promoção de servidores, tendo em vista o cronograma encaminhado na mensagem de 28/6/2016, expedida pelo Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Foram ouvidos as Sr^{as}. Adriana Ribeiro Fernandes e Ivone de Oliveira Rocha, moradoras da colônia Padre Damião, de Ubá; Maria de Fátima Moreira Terra e Michele Regina de Paula Rocha, moradoras da Colônia Santa Fé, de Três Corações; Mônica Abreu, membro do Conselho de Usuários da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg –; e os Srs. José Donizete Corrêa, morador da Colônia Santa Fé, de Três Corações; José Eduardo da Silva, representante da Colônia Padre Damião, de Ubá; e Paulo Marçal, morador da Colônia Padre Damião, de Ubá. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Fábio Cherem – Paulo Guedes – João Magalhães.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/5/2017

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, André Quintão e Paulo Guedes (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.170/2017, do deputado Cristiano

Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que a Empresa Mineira de Comunicação – EMC – seja administradora de todo o espaço do Centro Cultural Itamar Franco, inclusive o espaço destinado à Orquestra Filarmônica de Minas Gerais. A presidência informa que o horário das reuniões ordinárias da comissão foi alterado para as terças-feiras, às 14h30min, no auditório. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente – Rosângela Reis – Carlos Pimenta.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/5/2017

Às 16h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva, Nozinho, Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Arlen Santiago e Elismar Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as providências necessárias para a aplicação da Lei nº 21.157, de 2014, que estabelece a descentralização da Comissão de Exames Especiais do Detran-MG, para assegurar o acesso de pessoas com deficiência, de todas as regiões do Estado, ao local de realização de exames do processo de habilitação de condutor de veículo automotor. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.860/2017. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Hudson Ferreira dos Santos, vice-diretor do Detran-MG; Messias Epaminondas Diniz e Silva, chefe da Seção Médica do Detran-MG; Mastroiano de Mendonça Alves, vereador da Câmara Municipal de Uberlândia; Rodi Nei Borges, vereador da Câmara Municipal de Uberlândia; Valcir Soares Silva, vereador da Câmara Municipal de Montes Claros; e João Luis Pimentel, vice-presidente da Associação Mineira de Medicina de Tráfego – Ammetra. O presidente e os deputados Arlen Santiago e Arnaldo Silva, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.214/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para divulgar amplamente, por meio de seus canais de comunicação, os serviços e tratamentos ofertados pelas redes públicas de saúde e de assistência social a pessoas com deficiência, especialmente com autismo; e seja a população alertada sobre a existência de tratamentos experimentais, desumanos e degradantes a que têm sido submetidas as pessoas com autismo.;

nº 8.215/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para promover, em parceria com a UFMG, cursos de capacitação em terapia de integração sensorial e terapia comportamental para os profissionais da rede pública de saúde, visando ao atendimento de pessoas com transtornos do espectro do autismo;

nº 8.216/2017, dos deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva, Nozinho, Elismar Prado e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado ao Detran-MG pedido de providências para garantir a realização de todas as etapas dos exames para a concessão de habilitação especial em cada uma das regiões integradas de segurança pública – Risps –, inclusive por meio de utilização do equipamento simulador por sistema de rodízio e por meio do deslocamento das equipes de avaliação para as regiões em que houver essa demanda;

nº 8.217/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para retomar a concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção em todo o Estado, que tem sido realizada precariamente há mais de um ano;

nº 8.218/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da proposta de reforma da previdência e os seus reflexos para a pessoa com deficiência, com a participação do deputado federal Eduardo Barbosa;

nº 8.219/2017, dos deputados Duarte Bechir, Luiz Humberto Carneiro, Nozinho e Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para tomar as medidas necessárias ao cumprimento da Lei nº 21.157, de 2014, que estabelece a descentralização da Comissão de Exames Especiais do Detran-MG para as cidades-sede das regiões integradas da segurança pública – Risps.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Nozinho – Ione Pinheiro.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2017

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Sr. Georgenor Cavalcante Pinto, assessor especial do ministro da Saúde para Assuntos Parlamentares, em resposta à demanda de construção e manutenção dos hospitais regionais no Estado, informando que o gestor de saúde que desejar acessar os recursos para aquisição de equipamentos e realização da obra física deverá acessar o endereço www.fns.saude.gov.br e balizar a solicitação nas necessidades existentes, nos indicadores epidemiológicos, peculiaridades que norteiam a atuação da unidade, além da referência geográfica dos serviços; e Leonardo José de Lima (2), informando as condições inadequadas de atendimento do Caps Ribeirão das Neves e sugerindo a criação de um Cersan na área hospitalar de Belo Horizonte. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Gilmar de Assis, promotor de justiça coordenador do CAO Saúde, publicado no *Diário do Legislativo* em 18/4/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os Requerimentos nºs 8.100 a 8.108, 8.110 e 8.111/2017. O Requerimento nº 8.109/2017 é submetido a votação e aprovado com a Emenda nº 1, do deputado Carlos Pimenta, que acrescenta a expressão “e requer que, antes da realização da audiência pública, seja encaminhado pedido de informações ao secretário de Saúde sobre a viabilidade de unificação dos referidos consórcios”. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.225/2017, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a negociar e prorrogar o prazo para a conclusão das obras do Centro de Atenção Psicossocial Alcool e Drogas em Muriaé. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.226/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que sejam mantidas as atividades realizadas pela Associação Protetora da Infância de Itambacuri – Hospital Tristão da Cunha;

nº 8.227/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a priorizar a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência na região Leste de Minas, por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Vales – Cisvales;

nº 8.228/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada visita ao secretário de Estado de Saúde com a finalidade de discutir a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência na região Leste do Estado;

nº 8.229/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de notificação compulsória do doente de parkinson, assim como a criação de um protocolo clínico de tratamento da doença e atualização da cesta de medicamentos;

nº 8.230/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública em São Sebastião do Paraíso para debater a crise financeira dos hospitais filantrópicos no Sul e Sudoeste de Minas Gerais em razão do atraso no repasse de verbas pelo governo do Estado;

nº 8.231/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Geraldo Pimenta e Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada visita ao Ministério da Saúde para debater a gestão compartilhada da saúde no Município de Contagem;

nº 8.232/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Geraldo Pimenta e Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Saúde para debater a gestão compartilhada da saúde no Município de Contagem;

nº 8.233/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública pra debater a dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção pactuados no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Bonifácio Mourão – Geraldo Pimenta.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2017

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Carlos Pimenta e Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.356/2015 (deputado Felipe Attiê) e 3.310/2016 (deputado Ulysses Gomes), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.491/2015 (relator: deputado Tito Torres); 2.805/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Cultura, com a Emenda nº 2, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Ulysses Gomes); e 3.875/2016 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Ulysses Gomes). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.112 e 8.113/2017. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 8.224/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Fazenda – SEF – e de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para o cumprimento do mínimo constitucional no que se refere aos repasses

de recursos destinados à saúde. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Tiago Ulisses, presidente – Cássio Soares – Carlos Henrique – Ulysses Gomes.

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2017**

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Bonifácio Mourão, Isauro Calais, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite, Cabo Júlio, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, Paulo Guedes, Tadeu Martins Leite, João Magalhães e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bonifácio Mourão, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, determina a leitura da ata anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A reunião é encerrada por falta de quórum.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Leonídio Bouças, presidente.



ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 18/5/2017**

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.092/2017, do governador do Estado, que institui sistema de reserva de vagas e o Programa de Assistência Estudantil na Universidade do Estado de Minas Gerais e na Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer das Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/5/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.005, 7.006 e 7.007/2017, do deputado Duarte Bechir; 7.043/2017, do deputado Douglas Melo; e 6.972/2017, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.716/2016, do deputado Rogério Correia; 3.720/2016, do deputado Tito Torres; 3.733 e 3.756/2016, do deputado André Quintão; 3.784/2016, do deputado Gil Pereira; 3.812/2016, da deputada Marília Campos; 3.826/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.877/2016, do deputado Hely Tarquínio; 3.882/2016, do deputado Wander Borges; 3.898/2016, do deputado Noraldino Júnior; 3.956/2016, do deputado Lafayette de Andrada; 3.964/2016, do deputado Missionário Marcio Santiago.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Braulio Braz, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2017, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 3.844/2016, que institui a Política Estadual de Turismo de Minas Gerais e dá outras providências, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Roberto Andrade, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Marília Campos e Rosângela Reis e os deputados Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2017, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater o Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 18/5/2017, às 10 horas, ao Hospital Júlia Kubitschek, na Rua Doutor Cristiano Resende, 2.745 – Bairro Araguaia, em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer os programas desenvolvidos pelo hospital, as obras inacabadas, bem como o trabalho desenvolvido pela Associação de Voluntários Mãos Amigas e a unidade do Hemominas que funciona na instituição.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Carlos Pimenta, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Administração Pública, e os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões a serem realizadas em 18/5/2017, às 10 horas e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 4.135/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo, João Leite e Leandro Genaro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.680/2016, do deputado Doutor Jean Freire, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 7.037 e 7.038/2017, da Comissão de Participação Popular, e de receber e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 45/2017, de Elizabeth Dias Munaier Lages para Compôr o Conselho Estadual de Educação**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Arlete Magalhães, Celise Laviola e Ione Pinheiro e o deputado Durval Ângelo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Coronel Piccinini, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 45/2017, de Elizabeth Dias Munaier Lages para Compor o Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Arlete Magalhães, Celise Laviola e Ione Pinheiro e o deputado Durval Ângelo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Coronel Piccinini, presidente "ad hoc".



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45/2017

Acrescenta o § 7º ao art. 283-A da Constituição do Estado e dá outra providência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 283-A da Constituição do Estado, o seguinte § 7º:

"Art. 283-A.

§ 7º Fica assegurada aos servidores ocupantes de cargo efetivo das carreiras da área de educação básica do Poder Executivo do Estado a percepção de Adicional de Valorização da Educação Básica – ADVEB - correspondente a 5% (cinco por cento) do vencimento do servidor, mensalmente, a cada cinco anos de efetivo exercício, contados de 1º de janeiro de 2012, nos termos de Lei."

Art. 2º – O art. 116 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 116 – É vedada a percepção de acréscimo pecuniário em razão exclusiva do tempo de serviço ao servidor que ingressar no serviço público após a publicação desta emenda à Constituição, excetuado o disposto nos §§ 3º e 5º do art. 31, no § 7º do art. 283-A e no parágrafo único do art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

Art. 3º – Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2017.

Deputado Rogério Correia (PT), 1º-Secretário – Adalever Lopes – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes.

Justificação: Trata-se de proposta de emenda à Constituição do Estado que visa a aprimorar e corrigir distorções que se fizeram presentes na política remuneratória das carreiras dos profissionais da Educação Básica do Poder Executivo, solidificando o compromisso com a valorização das carreiras dos Profissionais da Educação Básica, historicamente marcado pelas alterações legislativas e constitucionais levadas a efeito em 2015.

O aprimoramento na política remuneratória das carreiras em questão consolida a extinção do regime de subsídio ao constitucionalizar o Adicional de Valorização da Educação Básica – ADVEB -, já instituído na Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015.

A proposta de emenda à Constituição do Estado que ora se propõe permite a percepção do ADVEB pelos servidores que fizerem jus, nos termos da disciplina estabelecida pelo art. 12 da Lei nº 21.710/2015, ao excepcionar a vedação à percepção de acréscimo pecuniário em razão exclusiva do tempo de serviço ao servidor, contida no art. 116 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição do Estado.

Desse modo, a presente proposta não necessariamente implicará criação ou aumento de despesa de pessoal, respeitando-se os limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

– Publicada, vai a proposta à Comissão de Justiça e à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 771/2015

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Gilberto Abramo, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 852/2011, dispõe sobre o material didático-pedagógico de uso individual exigido dos alunos pelas instituições do sistema de ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Em seguida, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia opinou pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, com a emenda nº 1, por ela apresentada.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, VII, alínea “d”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em tela visa proibir que as instituições do sistema estadual de ensino exijam do aluno, na lista de materiais didático-pedagógicos de uso individual, produtos de limpeza para utilização coletiva, material de higiene pessoal ou material de expediente administrativo. Visa ainda garantir a possibilidade de o aluno entregar o material de forma parcelada, de acordo com a necessidade, e de obter a devolução daquilo que não tiver sido utilizado. Por fim, estabelece sanção para as infrações.

Segundo o autor, a proposição se justifica devido ao aumento progressivo das reclamações sobre as listas de material escolar e das denúncias sobre a exigência, por parte das escolas, de materiais que não são de uso pedagógico do aluno, como produtos de higiene e limpeza.

A Comissão de Constituição e Justiça não vislumbrou óbice de natureza jurídico-constitucional à normal tramitação da matéria. Esclareceu que, de acordo com a Lei Federal nº 9.394, de 1996, “o sistema de ensino dos Estados compreende as instituições de ensino mantidas pelo Poder Público estadual; as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal; as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos de educação estaduais”. Tendo em vista a existência de leis que tratam do tema, a comissão apresentou o Substitutivo nº 1 para inserir as medidas propostas pelo projeto em análise na Lei nº 16.669, de 2007, que estabelece normas para a adoção de material didático-escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular, e na Lei nº 12.781, de 1998, que proíbe a cobrança de taxa ou mensalidade em escola pública. Assim, foi proposta a inclusão do dispositivo que assegura a devolução do material escolar não utilizado ao aluno, em ambas as leis,

do dispositivo que veda a exigência de “itens que não se vinculem diretamente às atividades desenvolvidas no processo de aprendizagem” e também do que possibilita o fornecimento parcelado do material na Lei nº 12.781, que trata das escolas públicas.

A Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, à qual compete analisar o mérito da matéria, considerou as alterações propostas pela Comissão de Constituição e Justiça oportunas. No entanto, apresentou a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1 para evitar que os demais membros da comunidade escolar também sejam obrigados a fornecer itens de limpeza, de higiene, de expediente e outros.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, aspecto que compete a esta comissão analisar, verificamos que o projeto não acarreta impactos financeiros ou orçamentários para o Estado. A proposição, assim como as alterações apresentadas pelas comissões precedentes, proíbe que a escola solicite itens que não se vinculem diretamente às atividades desenvolvidas no processo de aprendizagem, ou seja, materiais cujo fornecimento já é obrigação das próprias instituições de ensino. Dessa forma, não encontramos óbice à sua aprovação.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 771/2015, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Tiago Ulisses, presidente – Carlos Henrique, relator – Cássio Soares – Ulysses Gomes.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.116/2015

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe “dispõe sobre os livros técnicos e didáticos de nível fundamental, médio e superior de ensino em formato de texto digital acessível para as pessoas com deficiência visual e dá outras providências”.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para que, sobre ela, fosse emitido parecer.

O projeto foi preliminarmente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, de sua autoria.

Vem agora a matéria a esta Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei sob análise visa exigir que os livros técnicos e didáticos de nível fundamental, médio e superior de ensino, editados no Estado, disponibilizem a opção para venda em formato de texto digital acessível para pessoas com deficiência visual. Os livros poderão ser comercializados observando-se os direitos autorais e a compatibilidade com programas leitores de tela gratuitos ou não.

A proposta também define que o editor deve atender a toda demanda por suas obras em formato de texto digital acessível, facultando-se o lançamento de livros falados, desde que estes não substituam aqueles. Por fim, a inobservância do disposto no projeto

sujeita os infratores às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor além de outras sanções pecuniárias e administrativas impostas pelo Poder Executivo.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça verificou que a proposição não apresenta óbice jurídico do ponto de vista formal, visto que “o inciso XIV do art. 24 da Carta Federal faculta aos estados membros, pela via da competência concorrente, legislar sobre a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência. Além disso, a matéria não está entre aquelas consideradas de iniciativa legislativa privativa”. No entanto, essa Comissão apresentou o Substitutivo nº 1, com vistas a adequar a matéria à legislação federal sobre direitos autorais, além de excluir dispositivo relativo à comercialização de livros, por se tratar de matéria de competência privativa da União.

Dessa forma, o Substitutivo nº 1 propõe alterar a Lei Estadual nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, a qual dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência, de modo a incluir como um dos objetivos da referida política assegurar que os livros didáticos dos níveis fundamental, médio e superior de ensino, editados no Estado, sejam publicados também em formato acessível.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por sua vez, considerou a proposição meritória, mas destacou que “a pessoa com deficiência deve ter o direito de acessar também as obras não didáticas de sua escolha, inclusive porque essas obras podem complementar a sua formação educacional”. Por isso, essa Comissão entendeu ser necessário evidenciar que o Estado deve adotar mecanismos que assegurem que os livros sejam também disponibilizados em formato digital de texto acessível, uma vez que, embora portáteis e utilizáveis por pessoas com diferentes tipos de deficiências, ainda existe uma grande resistência por parte das editoras de publicar suas obras nesse formato.

Isto posto, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou o Substitutivo nº 2 para efetuar as alterações acima propostas e uniformizar o uso da expressão “pessoa com deficiência”, terminologia já utilizada pela legislação.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, escopo desta comissão, a implementação das medidas constantes no projeto não implica despesas para o erário, pois contém enunciados de caráter genérico e abstrato, que visam garantir que os livros editados no Estado sejam disponibilizados em formato acessível às pessoas com deficiência, inclusive em formato digital acessível.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.116/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Tiago Ulisses, presidente – Cássio Soares, relator – Carlos Henrique – Ulysses Gomes.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/5/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Álvaro Maneira Júnior, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Patricia Regina Ferreira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 27/2017****Número do Processo no Portal de Compras: 10110141011014057/2017**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 31/5/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de pastas para *notebook*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 31/2017****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 1011014060/2017**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 30/5/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para fornecimento e instalação de sistema de climatização por expansão direta tipo VRF.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/5/2017, na pág. 58, onde se lê:

“Lucas Carlos Peixoto”, leia-se:

“Luiz Carlos Peixoto”.

CORRESPONDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 17/5/2017, na pág. 28, sob o título “Ofícios”, no resumo do ofício do Sr. Bruno Tasca Cabral, acrescente-se ao final o seguinte:

“, em atenção ao Requerimento em Comissão nº 7.284/2016, do deputado Cristiano Silveira”.